



Prefeitura Municipal de Congonhinhas

Estado do Paraná

LEI Nº 815/2013

SÚMULA: “Fixa valor para os débitos judiciais a serem pagos mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV) pelo Município de Congonhinhas-PR, nos termos do disposto no art. 100, §§ 3º e 4º da Constituição da República, e contém outras disposições.”

A Câmara Municipal de Congonhinhas, Estado do Paraná, **aprovou** e eu, Prefeito Municipal, **sanciono** a seguinte Lei:

Art. 1º. Os débitos ou obrigações do Município de Congonhinhas, apurados em virtude de sentença judicial transitada em julgado, cujo montante, por beneficiário, após atualizado e especificado, for igual ou inferior ao valor equivalente ao maior benefício do Regime Geral de Previdência Social, serão pagos mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV).

Art. 2º. Os pagamentos de valores superiores ao limite previsto no artigo anterior são requisitados por intermédio de precatórios, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal.

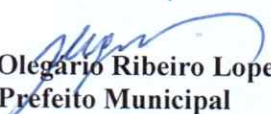
Art. 3º. Os débitos de que trata o artigo 1º serão pagos por meio de RPV (Requisição de Pequeno Valor), no setor próprio da Prefeitura Municipal, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente, independentemente de precatório, obedecida a ordem cronológica de apresentação do ofício.

Art. 4º. O credor da importância superior ao montante previsto no artigo 1º desta Lei Municipal poderá optar por receber seu crédito por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV), desde que renuncie expressamente, na forma da Lei, junto ao juízo da execução, ao valor excedente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Congonhinhas, Estado do Paraná, em 25 de junho de 2013.

Publicado em	<u>28/06/2013</u>
Jornal	<u>a cidade</u>
Página	<u>2</u>
Ato	<u>Lei n: 815/2013</u>
Ass. Resp.	<u>[Assinatura]</u>


José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Congonhinhas

Rua: Oscar Pereira de Camargo, 396 – Centro – Fone: (43) 3554.1361- Cep: .86.320-000 – Congonhinhas – Pr.

Dr. Fernando

OF. Nº 0108/2013

Congonhinhas, em 19 de junho de 2013.

Senhor Prefeito:

A Câmara Municipal de Congonhinhas, através de seu Presidente **Ademar Alves Cardoso**, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, informar sobre a **APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 019/2013**, do Executivo Municipal, o qual autoriza o Poder Executivo Municipal a fixar o valor para os débitos judiciais a serem pagos mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV) pelo Município de Congonhinhas-PR, nos termos do disposto do artigo 100, §§ 3º e 4º da Constituição da República, e contém outras disposições.

Sendo que se apresenta para o momento, renovo a Vossa Excelência a minha estima e consideração.


ADEMAR ALVES CARDOSO
PRESIDENTE

18/06

Exmo. Sr.
JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES
DD. Prefeito Municipal de
CONGONHINHAS – PR.

*Recb em
20/06/2013
[Assinatura]*



Prefeitura Municipal de Congonhinhas

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº19/2013

De 14 de maio de 2013.

“Fixa valor para os débitos judiciais a serem pagos mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV) pelo Município de Congonhinhas-PR, nos termos do disposto no art. 100, §§ 3º e 4º da Constituição da República, e contém outras disposições.”

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CONGONHINHAS**, Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor **JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES**, usando de suas atribuições legais,

Propõe à **CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS** o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Os débitos ou obrigações do Município de Congonhinhas, apurados em virtude de sentença judicial transitada em julgado, cujo montante, por beneficiário, após atualizado e especificado, for igual ou inferior ao valor equivalente ao maior benefício do Regime Geral de Previdência Social, serão pagos mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV).

Art. 2º. Os pagamentos de valores superiores ao limite previsto no artigo anterior são requisitados por intermédio de precatórios, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 3º. Os débitos de que trata o artigo 1º serão pagos por meio de RPV (Requisição de Pequeno Valor), no setor próprio da Prefeitura Municipal, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente, independentemente de precatório, obedecida a ordem cronológica de apresentação do ofício.



Prefeitura Municipal de Congonhinhas

Estado do Paraná

Art. 4º. O credor da importância superior ao montante previsto no artigo 1º desta Lei Municipal poderá optar por receber seu crédito por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV), desde que renuncie expressamente, na forma da Lei, junto ao juízo da execução, ao valor excedente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Congonhinhas,
Estado do Paraná, em 14 de maio de 2013.


JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES
PREFEITO MUNICIPAL DE CONGONHINHAS



Prefeitura Municipal de Congonhinhas

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI MUNICIPAL N. 19/2013

De 14 de maio de 2013.

MENSAGEM

ASSUNTO: Fixa valor para os débitos judiciais a serem pagos mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV) pelo Município de Congonhinhas-PR, nos termos do disposto no art. 100, §§ 3º e 4º da Constituição da República, e contém outras disposições.

PROPONENTE: PODER EXECUTIVO

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

Anexo encaminhamos a esta Egrégia Câmara, o Projeto de Lei Municipal n.º 19/2013, para o qual pedimos apreciação e deliberação.

Como deve ser de vossos conhecimentos, os Precatórios são formalizações (feitas pelos tribunais) de requisições de pagamento de determinada quantia, superior a 30 salários mínimos por beneficiário, devida pelo Município, em face de condenações judiciais.

As execuções para a cobrança de dívidas da prefeitura **não se processam pela penhora de bens públicos, mas pela expedição de uma ordem de pagamento, para a inclusão da dívida no orçamento público. Esta ordem é conhecida como precatório requisitório.**

É obrigatória a inclusão, no orçamento municipal, de verba necessária ao pagamento dos débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte. Já os créditos encaminhados pelos tribunais após essa data serão incluídos no orçamento do ano subsequente.

E referido sistema de certa forma acaba funcionando como uma **prerrogativa** aos municípios, pois estes **não são surpreendidos com a necessidade de pagamento imediato, pois podem se planejar através das dotações orçamentárias para pagamento das dívidas judiciais.**

Ocorre, porém, que excluem-se da expedição deste sistema de precatório as dívidas de pequeno valor (chamadas de RPV-Requisições de Pequeno valor) assim consideradas as inferiores a **30 salários mínimos para a fazenda municipal**, salvo quando exista lei municipal que disponha em sentido diverso, prevendo um valor menor.



Prefeitura Municipal de Congonhinhas

Estado do Paraná

Então, nesses casos de dívidas judiciais de até 30 salários mínimos, os municípios são obrigados a pagar **em curto prazo de no máximo 60 (sessenta) dias** contados da determinação dos tribunais. E isso acaba sendo injusto, pois, municípios pequenos como o nosso, não podem ser surpreendidos com intimações de pagamentos de valores tão altos em curto espaço de tempo.

Por isso, em 2008 esta Nobre Casa legislativa aprovou a lei nº 545/2008 que delimitou este referido valor para apenas **3 (três) salários mínimos**. Assim, depois desta lei, todas as condenações judiciais contra o município que não ultrapassaram três salários mínimos, foram pagos em até 60 (sessenta) dias contados da determinação dos tribunais.

Mas, infelizmente, a Constituição federal foi alterada (**Emenda Constitucional 62**) em face dos abusos cometidos pelos municípios que fixaram valores ínfimos para tanto. E em face desta alteração, esta nossa lei municipal passou a ser considerada **inconstitucional**, sendo que alguns juízes não mais aceitam esta nossa lei de 2008.

Vejamos a determinação constitucional:

*“§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao **valor do maior benefício do regime geral de previdência social**”.*

Conforme se mencionou, pelo atual diploma legal municipal, as obrigações de pequenos valores estão pautados em apenas 3 (três) salários mínimo, e por este projeto de lei este mínimo passará a ser o montante mínimo aceito pela Constituição Federal, que equivale ao valor do maior benefício do Regime Geral de Previdência Social (**que hoje encontra-se fixado em R\$ 4.159,00**), respeitando assim, esta Emenda Constitucional de nº 62.

Não obstante, é preciso ressaltar que a mudança é necessária, pois diploma constitucional não se discute, se cumpre, assim, e por se tratar de um comando normativo imposto a todos, a lei deverá ser alterada.

Outrossim, ressalta-se que, não havendo a modificação da presente lei, o Município poderá sofrer penalidades legais e financeiras, sendo que os valores serão adequados em 30 salários mínimos, conforme comando determinado pela EC 62.



Prefeitura Municipal de Congonhinhas

Estado do Paraná

Nesse passo, não resta outra alternativa senão a modificação legal dos valores pagos em RPV's, visando adequar nossa legislação com as alterações constitucionais.

Contando com a atenção de Vossas Excelências no trato dos assuntos de interesse público, especialmente em relação a este projeto que é aguardado com ansiedade por parte de nossa população, contamos com a aprovação do presente Projeto de Lei

Na oportunidade, renovo protesto de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

GABINETE DO PREFEITO DE CONGONHINHAS, 14
de maio de 2013.


JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES
PREFEITO MUNICIPAL DE CONGONHINHAS

Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão-PR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2013 Concurso Público- 001/2009

O Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, Sr. JOSÉ SÉRGIO JUVENTINO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Concurso Público realizado de conformidade com as Leis Municipais nºs. 496/2007, 565/2009, Edital do Concurso Público nº 001/2009, Edital de Classificação Final por Cargo e Decreto nº 627/2009 que fez a devida homologação CONVOCA:

Art. 1º - Conforme disposto no Edital de Concurso Público 001/2009, fica convocado (a) o candidato (a) aprovado (a), abaixo relacionado (a), para comparecer na Divisão de Recursos Humanos, até o dia 12 de julho de 2013, até as 17h00m, portando a documentação exigida para admissão, conforme item 11 do referido Edital, 01 foto 3x4 e exame de saúde pré-admissional, de caráter eliminatório, perante Médico do Trabalho, devidamente habilitado para tal função CARGO - ADVOGADO (a)

NOME DA CANDIDATO (A)	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
STEPHANIE CAROLINE JACOBOWSKI	50,0	10º

Art. 2º - A Posse será no dia 15 de julho de 2013, às 08h00m no Gabinete do Prefeito Municipal, sito à rua Jerônimo Farias Martins nº 1.335.

Art. 3º - Se o candidato (a) não comparecer ou não cumprir as exigências no prazo estipulado no "caput" do Artigo 1º e 2º, será considerado desistente da vaga.

Art. 4º - Dentro do prazo estipulado e mediante requerimento do interessado (a), fica facultado ao candidato (a) o deslocamento para final de lista, por uma única vez, caso o mesmo não queira tomar posse dentro do prazo legal inicial.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Edifício Odval dos Santos, 25 de junho 2013

José Sérgio Juventino - Prefeito Municipal

LEI Nº 706/2013

SÚMULA: Dispõe sobre desenvolver ações para Implementar o programa Minha Casa, Minha Vida (Pmcmv), estabelecido pela Lei Federal Nº 11.977/2009, Alterada Pela Lei Nº 12.424/2011. Feço saber que a Câmara Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, aprovou e eu, José Sérgio Juventino, Prefeito Municipal,

COMARCA DE JOAQUIM TAVORA/PR - EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO DE LEILÃO DOS BENS DE JOSE DOS SANTOS FARIAS. INTIMAÇÃO DOS EXECUTADOS KASTELO E ARTE INDUSTRIA E COMERCIO DE LAJES E ARTEFATOS DE CIMENTO KASTELO E ARTE INDUSTRIA E COMERCIO DE LAJES E ARTEFATOS DE CIMENTO JOSE DOS SANTOS FARIAS E ROSE MARY SPONTON PIRES FARIAS e seus cônjuges se casados forem. PRAZO - 10(DEZ) DIAS. A Exma. Sra. Dra. Fabiana Christina Ferrari, MM. Juíza de Direito em exercício nesta Comarca de Joaquim Távora, estado do Paraná, etc., FAZ SABER aos que o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e Cartório Civil, processam-se os termos dos autos nº 196/2000 da EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, em que são partes, exequente: BANCO DO BRASIL S.A. e executado: KASTELO E ARTE INDUSTRIA E COMERCIO DE LAJES E ARTEFATOS DE CIMENTO. JOSE DOS SANTOS FARIAS e ROSE MARY SPONTON PIRES FARIAS, e pelo presente se faz saber a todos que será levado à arrematação, em primeiro e segundo leilão, os bens de propriedade do executado, na seguinte forma: PRIMEIRO LEILÃO: Dia 14/08/2013, às 12:30 horas, a quem mais der e maior lance oferecer acima da avaliação. SEGUNDA PRAÇA: Dia 28/08/2013, às 12:30 horas, pelo melhor preço, salvo preço vil LOCAL: Tribunal do Juri, Praça XV de Novembro, nº 226 - Joaquim Távora/PR. DESCRIÇÃO DOS BENS: Um imóvel constante de uma casa de madeira e o seu respectivo terreno, situado a Rua Joaquim Correa, nº 161, na Cidade de Joaquim Távora/PR, cujo terreno mede 1.000,00 m² (um mil metros quadrados), confrontando pela frente esquerda com aquela rua, de um lado com Ary Caciatori, de outro lado com Pedro Rodrigues. Imóvel matriculado sob nº 5.569 no Cartório de Registro de Imóveis de Joaquim Távora/PR. AVALIAÇÃO DO BEM: PENHORADO: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em 11 de janeiro de 2013. ONUS: Hipoteca em favor do banco do Brasil S.A.; Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária. DEPOSITARIO: JOSE DOS SANTOS FARIAS, Rodovia PR 218, Área Industrial, Joaquim Carliópolis/PR. LEILOEIRO: Fabio Gonçalves Barbosa, JUCEPAR sob nº 12/042-L, Daniel Oliveira Junior, JUCEPAR sob nº 12/243-L, Adriano Melinski, JUCEPAR sob nº 07/010-L. VALOR DA DÍVIDA: R\$ 139.033,81 (cento e trinta e nove mil, trinta e três reais e oitenta e um centavos), em 18 de janeiro de 2013. INTIMADO: Fica desde logo intimado o executado KASTELO E ARTE INDUSTRIA E COMERCIO DE LAJES E ARTEFATOS DE CIMENTO na pessoa de

sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a desenvolver todas as ações necessárias para a produção de unidades habitacionais, implementadas por intermédio do mediante Termo de Compromisso, firmado com Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Ministério das Cidades, como agentes repassadores do referido programa e/ou do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, na forma definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN);

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a aportar aos beneficiários selecionados pelo Programa, recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, visando à complementação dos recursos necessários à produção de unidades habitacionais;

§ 1º - Os recursos financeiros a serem aportados não poderão ultrapassar o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por beneficiário representado pelo terreno doado, de acordo com as cláusulas a serem estabelecidas no Termo de Acordo e Compromisso, firmado com Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil;

§ 2º - As áreas a serem utilizadas no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), deverão conter a infra-estrutura necessária estabelecida na legislação municipal;

Art. 3º - Os projetos de habitação popular dentro do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) serão desenvolvidos mediante planejamento global, podendo envolver as Secretarias Municipais de Obras, Planejamento, Receta, Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social, cujas unidades habitacionais não poderão ter área útil construída, inferior a 36m² (trinta e seis metros quadrados);

Art. 4º - Os investimentos relativos a cada unidade, integralizados pelo Poder Público Municipal a título de complementação necessária para a construção das unidades habitacionais, não serão ressarcidos pelos beneficiários contemplados, em conformidade com a legislação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e com o estabelecido pela política Municipal de Habitação, vigente;

Parágrafo único - As unidades habitacionais que serão, construídas no âmbito deste Programa, ficarão isentas do pagamento do alvará de construção, do habite-se e do ISSQN incidente sobre as mesmas;

Art. 5º - O Executivo Municipal fica autorizado a compromissar os lotes de terrenos de sua propriedade aos Beneficiários contemplados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), de acordo com os requisitos estabelecidos no Programa e pela Política Municipal de Habitação vigente;

Art. 6º - Só poderão ser beneficiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, pessoas ou famílias que atendam ao estabelecido na legislação do referido programa e atendam os requisitos estabelecidos pela Política Municipal de habitação vigente;

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente e suplementações, se necessário.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cecília do Pavão, 26 de junho de 2013.

José Sérgio Juventino - Prefeito Municipal

LEI Nº 707/2013

SÚMULA: Dispõe sobre abertura de dotação especial no valor de R\$ 69.438,45 (sessenta e nove mil quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos) e dá outras providências. Feço saber que a Câmara Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, aprovou e eu, José Sérgio Juventino, Prefeito Municipal, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de dotação especial para a execução do convênio nº. 535090 do Ministério da Educação no Município de Santa Cecília do Pavão, para o exercício de 2013.

Art. 2º - Fica o Executivo autorizado a abrir no orçamento-programa do Município de Santa Cecília do Pavão para o exercício de 2013, um crédito especial no valor de R\$ 69.438,45 (sessenta e nove mil e quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos), tendo o Município de Santa Cecília do Pavão a contrapartida no valor de R\$ 701,40 (Setecentos e Um Reais e Quarenta Centavos), para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS - PRONFÂNCIA TIPO C, mediante as seguintes providências:

1- Inclusão de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.0001 - DIVISÃO DE ENSINO

12.361.2094 - ESCOLA CRECHE

12.361.2094.1013 - PRONFÂNCIA

44.905.200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Art. 3º - Como recursos para abertura de dotação especial de que trata a presente Lei, serão utilizadas as receitas provenientes de Excesso de Arrecadação de Recurso Vinculado.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias. Santa Cecília do Pavão, 26 de junho de 2013.

Prefeitura Municipal de Nova Fátima-PR

Extrato de Contrato nº 080/2013 Toamda de Preços nº. 009/2013 Assinatura em: 27 de junho de 2013

CONTRATANTE: - Município de Nova Fátima, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ nº 75.828.418/0001-90, com sede à Rua Dr. Aloysio de Barros Tostes, 420, Nova Fátima (PR).

CONTRATADO: - CONSTRUTORA PROTENDIDO - EIRELI, com sede a Rua Minas Gerais nº. 190 A - Centro - CEP 86.380-000 - Andaraí/PR CNPJ nº 15.529.797/0001-96, inscrita no CNPJ nº. 32274 doravante denominada CONTRATADA, representado neste ato pelo Luiz Carlos Gonçalves Gil, portador da cédula de identidade nº. 886.297-4 SSP/PR em 07/04/1984, e do CPF sob. Nº. 203.124.239-34.

OBJETO: - O objeto do presente Contrato, licitado em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, é a elaboração a preço global, a preços fixos e sem reajuste de Contratação de empresa para Construção do Centro de Eventos (Palco) conforme contrato de repasse nº 0374959-86/2011/Ministério do Turismo, convenio/Siconv nº 768120/2011 e detalhamentos a serem fornecidos juntamente com o Edital e em conformidade com o estabelecido no mesmo e demais anexos especificações técnicas, memoriais, demais peças e documentos de licitação.

VALOR: - R\$ 99.890,73 (Noventa e nove mil oitocentos e noventa reais e setenta e três centavos) PRAZO DE VIGENCIA: - 27 de dezembro de 2013.

PRAZO DE EXECUÇÃO: - 27 de dezembro de 2013
FORO: - Comarca de Nova Fátima (PR)

Extrato de Licitação - Pregão Presencial nº. 039/2013-PMNF

O Pregoeiro e Comissão de Apoio do Município de Nova Fátima, Estado do Paraná,

Comunica, que no dia 26 de Junho do ano de dois mil e Treze, reuniram-se na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Nova Fátima (PR), em sessão pública, onde se realizou a abertura e julgamento das propostas e habilitações referentes ao Pregão Presencial nº. 039/2013, de Contratação de Empresa para aquisição de Suplemento Alimentar, sendo vencedoras as empresas: Scheid e Castro Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda, com sede a Rua Amazonas de Souza Azevedo nº 252 - Bacacheri - CEP 82.520-620 - Curitiba - PR, inscrita no CNPJ nº 05.912.018/0001-83 no item 01 no valor total de R\$ 3.120,00 (Três mil, Cento e vinte reais) a empresa - Nutriport Comercial Ltda, com sede a Rua: América Firmino de Toledo, 840 - Barracão 06 e 07 - Uberaba - CEP 81.580-450,- Curitiba - Paraná, inscrita no CNPJ nº 03.612.312/0005-78 no item 1 no valor total de R\$ 3.306,00 (Três mil, Trezentos e seis reais).

As propostas encontram-se a disposição dos interessados no Departamento de Administração da Prefeitura Municipal de Nova Fátima (PR), para eventuais esclarecimentos e dúvidas. Nova Fátima (PR), 26 de Junho de 2013.

Extrato de Licitação - Pregão Presencial nº. 040/2013-PMNF

O Pregoeiro e Comissão de Apoio do Município de Nova Fátima, Estado do Paraná,

Comunica, que no dia 27 de Junho do ano de dois mil e Treze, reuniram-se na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Nova Fátima (PR), em sessão pública, onde se realizou a abertura e julgamento das propostas e habilitações referentes ao Pregão Presencial nº. 040/2013, de Contratação de Empresa Especializada para a Prestação de Serviços de Serralheria Conforme Necessidade do Município em Horas Trabalhadas, sendo vencedora a empresa: Esmail Gomes, com sede a Rua: Jorge Barbosa de Melo nº 133, Centro - Nova

seu representante legal, JOSE DOS SANTOS FARIAS e ROSE MARY SPONTON PIRES FARIAS e seus cônjuges se casados forem, se por ventura não for encontrado para intimação pessoal. ADVERTÊNCIA: Fica estabelecido que se por ventura ocorrer qualquer impedimento nos dias e horários acima mencionados, a realização do leilão será no primeiro dia útil seguinte. Cientifique-se o devedor de que a arrematação ou adjudicação do bem, poderá remir a execução, que antes da arrematação ou adjudicação do bem, poderá remir a execução, consoante dispõe os arts. 651 e 687 do CPC; inclusive podendo embargar a arrematação ou a adjudicação no prazo de 10 dias. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, em especial o executado, foi expedido o presente Edital de Leilão e Arrematação que será afixado em lugar de costume e publicado na forma da lei. DADO E PASSADO, aos 24 de maio de 2013, Joaquim TávorasPR. Eu, (SUELAI AP* ARAUJO DE ALMEIDA), Escrivã do Cartório Civil e Anexos, que o digitei e subscrevi. FABIANA CHRISTINA FERRARI, JUIZA DE DIREITO.

JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PR.

Cartório Civil e Comércio. EDITAL DE CITAÇÃO - COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. EDITAL DE CITAÇÃO DE IRACEMA BUENO DE PAIVA, brasileira, viúva, portadora do RG/N. 884.343 e CPF/n. 542.350.819-34, atualmente em lugar ignorado. OBJETIVO: para que no prazo de 03 (três) dias, efetue(m) o pagamento da dívida no valor de R\$ 133.919,20 (Cento e Trinta e Três Mil, Novecentos e Dezenove Reais e Vinte Centavos), ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, sob pena de penhora e avaliação (Art. 652-A do CPC). Devendo a parte executada ficar ciente: A - opor-se à execução por meio de embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação (CPC, art. 738); B - ou reconhecendo o crédito do executante e comprovando o depósito de 30% sobre o valor da execução (inclusive custas e honorários), requerer que lhe seja admitido efetuar o pagamento do restante em até seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês (Art. 745-A). Não efetuado o pagamento, sob pena de penhora em bens, até garantia da execução, obedecendo a ordem estabelecida pelo artigo 655 do CPC (A Penhora observará, preferencialmente a seguinte ordem: 1- Dinheiro, em espécie ou em depósito ou instituição financeira); PROCESSO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL sob nº 000405/2010, em que figura como executado MATEUS TAVARES DA SILVA PAIVA, MARCIA PAIXÃO DIAS PAIVA e IRACEMA BUENO DE PAIVA. Valor dado a causa: R\$ 133.919,20 (Cento e Trinta e Três Mil, Novecentos e Dezenove Reais e Vinte Centavos). PRAZO DO EDITAL: 30 (TRINTA) DIAS. Cornélio Procópio, 22 de abril de 2013. Eu (a) (Sílvia Regina Camargo do Nascimento) - Empregada Juramentada, que subscrevi.

(a) PAULO EUGÊNIO LUCCHESI - Escrivão do Feito. Subscrito por autorização da Portaria 37/08.

JORNAL

A CIDADANIA REGIONAL

BRENO JORDÃO EDITORA - ME

CNPJ: 10.172.879/0001-02

Rua Rio de Janeiro, 125 - Cornélio Procópio-PR - CEP: 86.300-000
Fone: (43) 3524-1303 - Fax: (43) 3523-8150
e-mail geral: acidadia@onda.com.br

Diretor Proprietário

Jornalista Breno Jordão - Mtb 8.325/PR

Diretora

Jornalista Emilia Rosa Pereira Jordão- Mtb 8.853/PR

Colaboradores:

DIVERSOS.

Circulação nos Municípios de: Cornélio Procópio, Uruí, Rancho Alegre, Seranduá, Leopoldina, Nova América da Colina, Assaí, São Sebastião da Amoreira, Santa Cecília do Pavão, Nova Santa Bárbara, São Jerônimo da Serra, Sapopema, Curitiba, Jandaí, Santa Anália, Almirante, Ribeirão do Pinhal, Congonhinhas, Santo Antônio do Paraná, Nova Fátima, Bandeirantes, Iguaraçu, Andaraí, Cambaúva, Barra do Jacaré, Iporã, Príncipe de Mias e Ibaiti.

Filiado a



ASSOCIAÇÃO DOS JORNAIS E REVISTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não representam, necessariamente, a opinião da direção deste jornal.

PORTARIA N.º 0712/013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, JOSE SERGIO JUVENTINO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE: Conceder Licença Especial Remunerada de 03 (três) meses, no período de 01/06/2013 a 30/08/2013, aos Funcionários efetivos deste Município, Sr. ANANIAS JOSE DOS SANTOS, RG- 1.268.733-PR, MARCELO CESTALIO RIBEIRO, RG N.º 9.519.690-0-PR e CLAUDINEIA APARECIDA VICENTE de conformidade com a Lei Municipal de nº 382/2004.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, em 03 de Junho de 2.013.

JOSÉ SERGIO JUVENTINO - Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Congonhinhas-PR

LEI Nº 815/2013

SÚMULA: "Fixa valor para os débitos judiciais a serem pagos mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV) pelo Município de Congonhinhas-PR, nos termos do disposto no art. 100, §§ 3º e 4º da Constituição da República, e contém outras disposições."

A Câmara Municipal de Congonhinhas, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os débitos ou obrigações do Município de Congonhinhas, apurados em virtude de sentença judicial transitada em julgado, cujo montante, por beneficiário, após atualizado e especificado, for igual ou inferior ao valor equivalente ao maior benefício do Regime Geral de Previdência Social, serão pagos mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV).

Art. 2º. Os pagamentos de valores superiores ao limite previsto no artigo anterior são requisitados por intermédio de precatórios, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 3º. Os débitos de que trata o artigo 1º serão pagos por meio de RPV (Requisição de Pequeno Valor), no setor próprio da Prefeitura Municipal, à vista do ofício requisitório expedido pelo Juízo competente, independentemente de precatório, obedecida a ordem cronológica de apresentação do ofício.

Art. 4º. O credor da importância superior ao montante previsto no artigo 1º desta Lei Municipal poderá optar por receber seu crédito por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV), desde que renuncie expressamente, na forma da Lei, junto ao Juízo da execução, ao valor excedente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Edifício da Prefeitura Municipal de Congonhinhas, Estado do Paraná, em 25 de junho de 2013.

José Olegário Ribeiro Lopes - Prefeito Municipal

DESPACHO

PROCESSO Nº 052/2013-INEXIGIBILIDADE Nº 004/2013

OBJETO: Aquisição de peças originais para eventuais reposições em maquinários da marca New Holland e Mueller, da Divisão de Serviço Rodoviário.

DECISÃO: Tendo em vista, o Processo supra, constatamos que o objeto da licitação em epígrafe, não é compatível com os reais interesses do município, ou seja, não foi incluído os serviços de mão-de-obra em revisões, manutenções e substituições de peças que só podem ser executados pela empresa autorizada e devidamente qualificada nos autos.

Considerando, que o procedimento em pauta, não trará prejuízos à terceiros e ao erário público municipal e com base no Artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93, declaro REVOGADA a presente licitação. Publique-se. Congonhinhas, 26 de junho de 2013.

José Olegário Ribeiro Lopes - Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Santo Antonio do Paraíso-PR

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 01/2013

SÚMULA: Tomam sem efeito parte da Ata da 15ª e 16ª Sessão Ordinária do 1º Ano da 13ª Legislatura particularmente a votação dos Projetos de Leis nº 12, 13 e 14/2013.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU, PRESIDENTE, PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO.

CONSIDERANDO: o Disposto no artigo 165 da Constituição Federal.

Artigo 1º - Fica ANULADO a votação dos Projetos de Leis nº 12, 13 e 14/2013, de autoria da Mesa Executiva da Câmara Municipal, em atenção ao disposto no Artigo 165 da Constituição Federal do Brasil.

Artigo 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Santo Antonio do Paraíso, em 26 de Junho de 2013.

GEDSON PARUCCI FÉLIX - Presidente
LUIZ MOURA - Vice-Presidente

LUCIANO VALÉRIO SANCHES - 1º Secretário
JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA - 2º Secretário

Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira-PR

PORTARIA N.º 009/2013.

SÚMULA: Recurso Parlamentar da Câmara Municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONCEDE RECESSO PARLAMENTAR NO MÊS DE JULHO DE 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido recesso parlamentar no período de 01 a 31 de julho de 2013, de acordo com o art. 11, Caput, da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º - Em casos de interesse público relevante ou urgência, poderá ocorrer convocação de vereadores para sessões extraordinárias.

Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, 27 de junho de 2013.

Agnaldo dos Santos
Presidente da Câmara
S.S. da Amoreira

Presidente

Isaac Rosa de Almeida
1º Secretário



>PET< PA03630-Y660

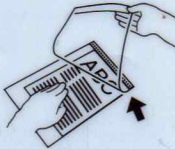
①



②



③



④

